



Câmara Municipal de Alfredo Chaves

Poder Legislativo

Estado do Espírito Santo

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL e COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Ementa: Análise do Projeto de Lei n.º 010/2018, de autoria do Poder Legislativo.

1. Introdução

Trata-se de análise técnica acerca do Projeto de Lei n.º 010/2018, de autoria do Poder Legislativo que busca autorização para contratar, por tempo determinado, Servidor para ocupar vaga de Procurador Legislativo.

Propositura devidamente protocolizada na Secretaria da Câmara Municipal de Alfredo Chaves, após juízo favorável de admissibilidade, nos termos do artigo 109 do Regimento Interno, lida em sessão plenária ordinária.

Seguindo as regras regimentais pertinentes ao processo legislativo, a matéria foi remetida à Comissão de Justiça e Redação Final e Comissão de Finanças e Orçamento, para emissão de parecer.

É o sucinto relatório.

2. Análise

A propositura em análise busca autorização Legislativa para contratar, por tempo determinado, Servidor para atender as necessidades do cargo de Procurador Legislativo.

Verifica-se que a contratação possui natureza temporária e pode ser preenchida mediante contratação pelo Presidente da Câmara Municipal de Alfredo Chaves.

Em sua mensagem o Projeto de Lei, demonstra sua necessidade haja vista que a contratação autorizada anteriormente terá seu prazo final em dezembro do corrente ano.

Desta forma pede-se autorização para contratar até ulterior



Câmara Municipal de Alfredo Chaves

Poder Legislativo

Estado do Espírito Santo

realização de Concurso Público, já que se tratando de serviços essenciais ao funcionamento desta Casa de Leis, não se pode olvidar da necessidade da contratação de profissional da área jurídica.

Todas as necessidades formais para a criação de cargo público foram atendidas, bem como, verifica-se que o cargo possui natureza de contratação temporária por excepcional interesse público, podendo ser preenchido mediante livre nomeação e exoneração do Chefe do Legislativo Municipal.

3. Conclusão

Diante do exposto, entendemos que a referida matéria deva ser aprovada por esta digna Casa de Leis.

É como votamos.

Alfredo Chaves/ES, 22 de outubro de 2018.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

CHARLES GAIGHER
Presidente

PRIMO ARMELINDO BERGAMI
Membro

JONAS NUNES SIMÕES
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

DANIEL ORLANDI
Presidente

ANDRÉ SARTORI
Membro

NILTON CESAR BELMOK
Membro